



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000154-86.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Crimes Ambientais - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Aparecida Huss Schimidt**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

APARECIDA HUSS SCHIMIDT (R. G. 32.026.130), qualificada nos autos, foi denunciada como incurso nas penas dos artigos 40 e 68 da Lei 9.605/98, em concurso material (art. 69 do CP), porque no mês de agosto de 2010, nos lotes nºs. 18 e 19 da Quadra 04 do loteamento Parque Vale do Uirapuru, zona rural, nesta cidade, causou danos diretos e indiretos a Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a saber, a APA criada pelo Decreto Estadual nº 20.960/83. Consta ainda que desde 19/06/2009 a denunciada deixou deliberadamente de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental, ante o dever legal de fazê-lo no que respeita ao local acima mencionado.

Segundo a denúncia a ré era proprietária das chácaras, localizadas no interior da APA, dotadas de área de preservação marginal ao córrego do Macaco Branco e de nascentes permanentes e intermitentes, onde soltou animais, construiu horta e abriu um canal de drenagem de água. Ela já havia sido autuada pela Polícia Ambiental em decorrência de danos provocados anteriormente na APP e até mesmo condenada em sede de ação civil pública (processo nº 661/2008, da 1ª Vara Cível de São Carlos a providenciar medidas reparadoras da degradação ambiental, como demarcação e cercamento, retirada de aves e animais, não utilização da APP e reflorestamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

dela. Mas além de não cumprir a determinação judicial, intimada que fora para isso em 19/06/2009, insistiu na degradação de local ambientalmente protegido, voltando a utilizá-lo da forma acima descrita.

Recebida a denúncia (fls. 91), a ré foi citada (fls. 131 verso) e o defensor dativo que lhe foi nomeado apresentou defesa preliminar (fls.143/144). Na instrução foram ouvidas três testemunhas de acusação (fls. 161, 180 e 226/227). A ré constituiu defensor (fls. 234/235) e foi interrogada (fls. 240). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 242/244). A defesa pugnou pela absolvição sustentando que a ré desconhecia as leis ambientais e atendeu as determinações a ela impostas (fls. 246/247).

É o relatório.

D E C I D O.

Imputam-se à ré os crimes ambientais de que tratam os artigos 40 e 68 da Lei 9.605/98.

No primeiro por ter, em agosto de 2010, nos lotes de sua propriedade no Parque Vale do Uirapuru, causado “danos diretos e indiretos a Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a saber, a APA – Área de Proteção Ambiental criada pelo Decreto Estadual nº 20.960/1983”, porque “soltou animais, construiu horta e abriu um canal de drenagem de água” (fls. 1-D).

No segundo delito, em decorrência dos danos provocados, foi condenada em ação civil pública a “providenciar medidas reparadoras da degradação ambiental, como demarcação e cercamento, retirada de aves e animais, não utilização da APP e reflorestamento dela”, mas, “intimada que fora para isso em 19/06/2009 (fls. 21/22), insistiu na degradação de local ambientalmente protegido, voltando a utilizá-lo na forma acima descrita” (fls. 2-D).

A denúncia foi instruída com cópias da ação civil pública que teve como base inquérito civil instaurado na Promotoria do Meio Ambiente de São Carlos e a partir do boletim de ocorrência elaborado pela Polícia Ambiental em 16/09/05 (fls. 13/14).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Quanto ao crime do artigo 40 da Lei Ambiental nº 9.605/98, a prova oral produzida, circunscrita nos depoimentos dos policiais Daniel Alves Lourenço e Paulo Henrique Bonassi (fls. 180 e 227), de ver que tudo o que eles declararam se refere ao fato por eles constatado quando da lavratura do boletim de ocorrência de fls. 13/14, ocorrido em 16/09/95. E por tal fato a ré já foi responsabilizada, conforme se verifica da sentença proferida no processo então instaurado - feito 825/05 desta 1ª Vara Criminal – e que está a fls. 249/251, com o complemento da certidão de fls. 120.

Portanto, tais depoimentos não podem ser considerados no julgamento que aqui está sendo feito. E a ré não pode ser responsabilizada duas vezes pelo mesmo fato, ainda que no processo anterior fora enquadrada em tipificação jurídica diversa (artigo 48).

A outra testemunha, Marcelo Pereira Dalan, oficial de justiça, fez referências à diligência feita ao local para verificar o cumprimento das determinações contidas na ação cível (fls. 161 e 19). Explicou os animais tinham sido retirados, o chiqueiro desativado, encontrado apenas estrumes de cavalo e dejetos de cães (fls.161).

A mesma situação foi constatada na vistoria do perito, cujo laudo está a fls. 47/56-A. As construções feitas estavam desativadas, inclusive a fossa séptica. A erosão verificada em virtude da ausência de vegetação ciliar é antiga, derivada do fato anterior já examinado na esfera civil e penal. Apenas vestígios de pastoreio de caprinos, por si só não é suficiente para a caracterização de dano efetivo.

O dano, direto ou indireto, de que trata o dispositivo penal em julgamento, deixou de ser apontado com exatidão na denúncia, que se limitou reproduzir o teor do dispositivo penal e afirmar que a ré “soltou animais, construiu horta e abriu um canal de drenagem de água”, fatos que correspondem ao processo já julgado (fls. 249/251), abeirando-se da inépcia.

Assim, inexistente prova concreta da prática do delito de que trata o artigo 40 da Lei 9.605/98, impondo-se a absolvição da ré.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

No que respeita ao segundo crime imputado à denunciada, de infringência do artigo 68 da mesma Lei, melhor sorte não tem o órgão acusatório.

Diz a lei: **“Art. 68 - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental”**.

Trata-se de crime omissivo onde o agente deixa de praticar ato contrariando o dever de fazê-lo, seja ele imposto por lei ou advindo de contrato.

No caso dos autos, houve a prática de um dano, reconhecido em ação civil pública, cuja reparação foi parcialmente cumprida. Esta situação já afasta a ocorrência do delito em julgamento, que se caracteriza, repita-se, pela omissão de um dever para evitar o resultado lesivo ao meio ambiente.

Aqui a ré foi denunciada por não ter cumprido a determinação judicial, situação que não se enquadra em dever legal ou contratual.

E para tal hipótese, a decisão judicial deixou prevista a imposição de multa pelo descumprimento da obrigação (fls. 17, “in fine”). E havendo previsão de penalidade civil, com a cominação de multa pelo inadimplemento, não há ocorrência de crime pela desobediência.

Há que ser anotado ainda que a omissão prevista na norma em julgamento é de cumprir obrigação de “relevante interesse ambiental”, de modo que este crime somente se configura diante de área onde houver intensa degradação. O mero corte raso de vegetação nativa, pelo pastoril de poucos animais como caprinos ou mesmo um cavalo, não configura a elementar de “relevante interesse ambiental” contida no tipo penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA** e absolvo a ré com fundamento no artigo 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal.

P. R. I. C.

São Carlos, 25 de agosto de 2014.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**